



Centro Jurídico Dr. Johnson Sade



Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Civil da
Comarca de Araucaria.

CAOME DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS
LTDA., pessoa juridica de direito privado,
inscrita no CGC/MF sob no. 86.795.929/0001-70, com
sede à Rodovia da Uva, KM 05 NR 436, Centro,
Município de Colombo-Pr, por sua bastante
procuradora que esta subscreve, profissional
inscrita na O.A.B. -PR sob no. 21.547, com
escritório no endereço abaixo impresso, onde
habitualmente recebe intimações e notificações,
vem respeitosamente à V.Exa, com fundamento no
art. 10. do Decreto Lei no. 7.661 de 21/06/45,
propor:

FALENCIA JUDICIAL

contra,

AUTO POSTO PORTAL ARAUCARIA LTDA.,
pessoa juridica de direito privado, inscrita no
CGC/MF sob no. 73.789.463/0001-58, com sede à
Rodovia do Xisto, KM 25, Araucaria - PR pelas
seguintes razões de fato e direito:

I - A requerente é credora da
duplicata sob no. 0002586, com vencimento em
25/10/95, sacada contra a rê em 13/10/95, no valor
de R\$ 3.010,49 (três mil e dez reais e quarenta e
nove centavos), a qual foi protestada por falta
de aceite e pagamento, e devidamente atualizada
importa em R\$ 3.075,48 (três mil e setenta e cinco
reais e quarenta e oito centavos).

CERTIDÃO

~~Em 28 de novembro de 1995~~ foi feito o depósito
de R\$ 82,65, equivalente a 1.450
VC, 50% das custas processuais.

~~28 de novembro de 1995~~

Sara el. Wosaukiz;

ef.

CERTIDÃO

~~Em 28 de novembro de 1995~~ foi feito o depósito
de R\$ 10,50 p/ despesas do Oficial
de Justiça Sr. Cláudio Tila

~~28 de novembro de 1995~~

Sara el. Wosaukiz;

ef.

Cartório do Distribuidor

Distribuição	Cr\$ 6.70
1. Conte	Cr\$ 3.70
Calendário Imposto	Cr\$
Ass. Mandatadas	Cr\$
Ass. Simultânea	Cr\$

Ass. 

10.50

Dep. nº 721/95
Bancaria. 28 de 154
Ass. 10 de 95

DISTRIBUIDOR



Centro Jurídico Dr. Johnson Sade



II - A mesma foi decorrente do fornecimento de 10.150 litros de óleo diesel, conforme fatura e comprovante da entrega de mercadoria anexo.

III - Quando do protesto de referido título não houve pagamento, nem recusa de aceite, decorrendo-se o prazo para manifestação sobre o mesmo "in albis".

IV - O art. 15 da Lei no. 6.458/77 assevera que a duplicata sem aceite tem força de título executivo extrajudicial desde que protestada e acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria.

No caso sub judice, encontram-se preenchidos tais requisitos legais, o que confere executividade ao título.

V - Vê-se portanto a plena configuração do disposto no art. 10. da Lei Falimentar.

Isto posto, requer a citação da ré, para o inteiro teor desta, bem como para os efeitos do disposto no art. 12 Ss 10., do D.L. no. 7.661/45, sendo ao final julgada a ação pela procedência, com a declaração judicial da falência.

Provara o alegado através dos docs. já constantes dos autos, juntada de novos se necessários, nos termos do art. 397 do C.P.C., depoimento pessoal do representante legal da requerida e oitiva de testemunhas.

Requer, outrossim a condenação da requerida ao pagamento de honorários advocatícios em consonância com o disposto no Ss 3o. do art. 20 do C.P.C., no percentual de 20% sobre o valor



Centro Jurídico Dr. Johnson Sade



atualizado do feito, bem como custas processuais.

Da ao feito o valor de R\$ 3.075,48
(três mil setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

Termos em que pede e espera
deferimento.

De Curitiba para Araucaria, 20 de novembro de
1.995.

PP/ *Samantha de M. Sade*

DRA. SAMANTHA DE M. SADE

O.A.B. 21.547 -PR

